

A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE JATAÍ-GOÍÁS: PANORAMA EDUCACIONAL¹

Renata Machado de Assis²
Márcia Santos Anjo Reis
Laís Leni Oliveira Lima
Lilian Ferreira Rodrigues Brait
Keila Márcia Ferreira de Macedo
Campus Jataí-UFG
Vinculado ao Grupo de Pesquisa do CNPQ: NESEC
Comunicação
Estado e Políticas Educacionais

Palavras-Chave: Educação Municipal; Qualidade da Educação; Educação Básica.

INTRODUÇÃO

A investigação e a discussão acerca da qualidade da educação não devem reduzir-se aos resultados de aprendizagem medidos por meio de provas standardizadas, uma vez que esta qualidade implica incorporar e compreender outros aspectos. É preciso um entendimento mais amplo do que seja qualidade da educação, expressão polissêmica, com múltiplas significações. Ao mesmo tempo, essa multiplicidade de significados não implica a impossibilidade de defini-la e contribuir para maior clareza da expressão, tendo em vista a perspectiva de estudos que possam aproximar-se cada vez mais da educação que se realiza nas escolas, que, afinal, é a que se deseja transformar.

Considerando, pois, a complexidade da temática, torna-se fundamental problematizar e apreender os principais conceitos, valores, diretrizes, dimensões e fatores que embasam as políticas e ações dos sistemas de ensino, da gestão escolar e do trabalho docente, sobretudo nas últimas décadas, tendo em vista a construção de uma educação de qualidade para todos. Cremos que as concepções e as representações sobre o que é uma educação de qualidade alteram-se no tempo e no espaço, assim como as políticas e ações que visam produzir o acesso a essa educação. Isso se expressa, sobretudo, na sociedade contemporânea se forem consideradas as suas transformações mais prementes, as reformas e políticas educacionais das últimas décadas e, ainda, os programas e projetos político-pedagógicos definidos e implementados nos diferentes sistemas de ensino e unidades escolares do país.

Portanto, o debate e pesquisa sobre qualidade da educação implicam o mapeamento dos diversos elementos necessários para qualificar, avaliar e precisar a natureza, as propriedades e os atributos desejáveis ao processo educativo, tendo em vista a produção, organização, gestão e disseminação de saberes e conhecimentos

¹ Este trabalho visa divulgar o relatório final da pesquisa intitulada “Qualidade da educação básica municipal de Jataí-GO”, produzido pelo grupo de docentes integrantes do NESEC (CNPQ), do Campus Jataí/UFG, apresentado como conclusão do processo investigativo. O projeto de pesquisa foi desenvolvido conjuntamente com a Faculdade de Educação/UFG e contou com o apoio da Secretaria Municipal de Educação de Jataí-GO e da direção do CAJ/UFG.

² As autoras são docentes do Campus Jataí – Universidade Federal de Goiás. Contato com a coordenadora do projeto – professora Renata – por e-mail: renatafef@hotmail.com .

fundamentais ao exercício da cidadania e a melhoria do processo ensino-aprendizagem dos estudantes.

Entendendo a educação como uma prática social que ocorre em diferentes espaços e momentos da produção da vida social, é possível ressaltar o papel da educação escolar e fora da escola nos processos formativos. Há que se considerar, pois, diferentes dimensões para uma melhor compreensão teórico-conceitual da situação escolar em termos de qualidade da educação. Essas dimensões, entendidas de maneira articulada, dizem respeito às múltiplas determinações e às possibilidades de superação das condições de vida das camadas sociais menos favorecidas e, ainda, as condições relativas aos processos de organização e gestão, bem como, aos processos ensino-aprendizagem dos estudantes.

Uma compreensão mais aprofundada da idéia de uma escola de qualidade não pode perder de vista a *dimensão sócio-econômica e cultural*, uma vez que o ato educativo escolar se dá em um contexto de posições e disposições no espaço social de heterogeneidade e pluralidade sócio-cultural, de problemas sociais presentes na escola, tais como: fracasso escolar, desvalorização social e escolar dos segmentos menos favorecidos, incluindo a auto-estima dos alunos. Não se pode perder de vista, também, a *esfera dos direitos, das obrigações e das garantias do Estado* para com a oferta de uma educação pública, gratuita, obrigatória e de qualidade social para todos, o que significa compreendê-la como bem público e direito social.

Além das dimensões macro que estão presentes na qualidade da educação, encontram-se também as dimensões micro, as propriamente escolares. Sem dúvida, estas também são determinantes nos processos educativos e nos resultados escolares em termos de qualidade da educação, na medida em que incidem diretamente nos processos de organização e gestão, nas práticas curriculares, nos processos formativos, no papel e nas expectativas sociais dos alunos, no planejamento pedagógico, nos processos de participação, na dinâmica da avaliação e, portanto, na aprendizagem dos estudantes.

No estudo da qualidade da educação a pesquisa destaca quatro categorias nas dimensões propriamente escolares: a) as condições de oferta do ensino; b) a gestão e organização do trabalho escolar; c) a formação, profissionalização e ação pedagógica do professor; d) o acesso, permanência e desempenho escolar.

Essas quatro dimensões nem sempre são consideradas, analisadas e compreendidas no processo de planejamento e de tomada de decisão no âmbito dos sistemas de ensino e das escolas. De igual modo, são poucas as pesquisas e os estudos realizados tendo a qualidade da educação como foco, em que pese sua relevância e importância para o avanço do conhecimento na área.

Diante destas considerações introdutórias, apresentamos nosso objetivo geral da pesquisa, que foi investigar a qualidade da educação básica municipal em Jataí-GO, por meio da análise dos sistemas e escolas municipais, tendo como parâmetro as quatro dimensões citadas.

O relatório final elaborado foi organizado em três capítulos. No primeiro apresentamos uma caracterização geral do município de Jataí, enfocando os dados demográficos, econômicos, financeiros, aspectos físicos, naturais, políticos e sócio-culturais-educacionais. No segundo abordamos aspectos da municipalização do ensino em Jataí, bem como os dados sobre o panorama da oferta da educação escolar, comparando com as redes estadual, federal e particular, referentes a matrículas; estabelecimentos de ensino (números de escolas e de classes, por níveis e modalidades de ensino); média de hora-aula; funções docentes na rede investigada (número de professores, formação e lotação); rendimento e movimento escolar (índices de aprovação, reprovação e abandono); e taxa de analfabetismo. No terceiro, expusemos a

análise da pesquisa de campo, subsidiada pelos questionários aplicados à Secretária de Educação do Município, aos membros do Conselho Municipal de Educação e aos diretores das escolas municipais de Jataí (da Educação Infantil – EI - ao Ensino Médio - EM).

Neste trabalho apresentado, teremos que nos limitar à exposição dos resultados da investigação, considerando as limitações de tempo e as normas para publicação do texto.

1 O SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

A pesquisa desenvolvida foi de cunho qualitativo, por meio de estudo de caso. O objeto de estudo delimitado foi a qualidade da educação básica no município de Jataí, do Estado de Goiás. O desenvolvimento da investigação nesta cidade faz parte de um amplo projeto, elaborado pela Faculdade de Educação da UFG³. Este foi um dos municípios selecionados que aderiu à proposta de investigação, por meio de docentes da UFG – Campus Jataí. O critério de seleção das instituições e municípios, dentro do projeto geral, foi de contemplar locais que oferecem cursos de formação de professores.⁴

Os instrumentos de pesquisa utilizados no decorrer da investigação foram: *estudo bibliográfico* da produção sobre a temática da educação básica municipal e da qualidade da educação; *pesquisa documental*, tendo como referência leis, recomendações e resoluções estaduais, federais e municipais sobre educação básica, bem como dados estatísticos disponibilizados por sites oficiais e pela Secretaria Municipal de Educação - SME; *questionário* aplicado aos diretores, Secretária de Educação – SE - e membros do Conselho Municipal de Educação - CME; e *entrevista semi-estruturada* realizada com a Secretária Municipal de Educação.

Jataí tinha, desde o ano de 2005, 31 escolas em funcionamento, sendo: 19 urbanas, com 285 turmas, 7678 alunos matriculados e 306 docentes; 06 escolas rurais e nos 02 nos distritos, totalizando 72 turmas, 1088 alunos matriculados e 74 docentes; e 04 CMEIs (Centros Municipais de Educação Infantil), com 16 turmas, 320 alunos e 45 docentes (SME, 2006)⁵.

Responderam ao questionário a Secretária Municipal de Educação; 5 gestores do CME; e 14 diretores das escolas municipais (3 da EI e 11 do EF).⁶

Adotamos a seguinte simbologia para identificar os sujeitos: SE para a Secretária de Educação; CM-1 a CM-5 para os conselheiros do CME; EI-1 a EI-3 para os gestores da EI; e EF-1 a EF-11 para os gestores do EF.

2 RESULTADOS ENCONTRADOS

Esta investigação sobre a educação em Jataí faz parte do estudo da educação em Goiás e em outras regiões do Brasil e se explica teoricamente porque a partir deles

³ O projeto de pesquisa “guarda-chuva”, que reuniu todos os outros projetos desenvolvidos em diferentes municípios goianos, teve como título “A qualidade na Educação Básica municipal: os sistemas e as escolas municipais”, coordenado por docentes da Faculdade de Educação da UFG.

⁴ Este projeto de pesquisa não teve financiamento, visto que se trata de um trabalho voluntário de docentes e discentes envolvidos, com o apoio da Universidade Federal de Goiás - Campus Jataí quanto a: recursos didáticos, impressão e reprodução de material e deslocamentos (viagens).

⁵ Os dados foram fornecidos pela Assessora da Secretária Municipal de Educação.

⁶ Não foi possível obter o questionário respondido de todos os sujeitos, apesar do esforço para que isto ocorresse.

será possível falar em educação brasileira. É preciso elaborar a história da educação das várias regiões do Brasil e intensificar o intercâmbio entre historiadores de vários estados para nesse processo de construção teórica, reconstruir a história da educação brasileira. A história da educação escolar no Brasil se reveste de especificidades próprias de cada região e/ou estado no que se referem aos espaços, ritmos, reivindicações, atores sociais, nos processos de implantação em cada lugar.

Como dar conta da história da educação pública brasileira? Há o caráter universal da educação pública no país com sugestões de periodizações diversas, mas são generalizações abstratas para todo o país. É necessária a investigação concreta das múltiplas determinações em cada região e estado. O micro-estudo é tão importante quanto a macro-interpretação, são apenas níveis de elaboração diferentes que podem servir uma à outra.

Juntamente com as justificativas teóricas desta pesquisa e com a preocupação da socialização dos conhecimentos educacionais locais, há também a importância de trabalhos teórico-conceituais e teórico-empíricos que apresentamos em vários eventos científicos, assim como a publicação de artigos em periódicos e anais de congressos e a publicação de um livro sobre a temática, contendo artigos dos municípios envolvidos (grupo geral da pesquisa)⁷.

Com a escassez de estudos educacionais sobre os municípios goianos, o desenvolvimento deste projeto em Jataí permitiu a compilação e análise de dados sobre a educação no nosso município, que poderá subsidiar novos estudos sobre essa temática.

Podemos tecer algumas considerações a respeito destas informações obtidas, sobre a educação no município investigado. A municipalização do ensino no Estado de Goiás foi encaminhada sob a forma de convênios entre Estado e municípios, sob o incentivo da política de colaboração. Essa municipalização constitui-se em uma modalidade de descentralização e permite aos municípios criar sistemas próprios de ensino e, conseqüentemente, receber recursos do FUNDEB.

Jataí manteve os seus níveis e modalidades de ensino (inclusive as séries finais do EF e o Ensino Médio - EM), assim como outros municípios goianos, e acolheu parte dos alunos que o Estado deixou de atender (séries iniciais do EF). Percebemos, na rede municipal de ensino, um aumento no número de matrículas de primeira a quarta série e, embora essa rede tenha mantido as séries finais do EF, nestas ocorreu redução no índice de alunos matriculados. Uma hipótese a se levantar é que parte dos alunos da rede estadual, bem como alguns das escolas municipais, tenham ingressado na rede particular de ensino, visto ter havido crescimento de matrículas efetuadas nessa última na proporção de 109% em quatro anos.

A maior quantidade de escolas da rede municipal localiza-se na zona urbana. As rurais tiveram brusca redução no seu número, visto que, de 18 escolas em funcionamento em 1999, apenas seis funcionavam em 2005.

Na análise dos dados abordamos separadamente as quatro categorias de análise que foram inicialmente destacadas.⁸

3.1 Condições de oferta da educação básica

⁷ Sobre as produções originadas da pesquisa, verificar curriculum lattes das autoras, disponíveis no site do CNPQ.

⁸ No relatório final os dados foram discutidos em confronto com as obras de vários autores, dentre os quais destacamos: Cury (2008); Azevedo (2003); Brasil (1996); Fonseca, Oliveira e Toschi (2004); Dourado et al (2003); Libâneo (2001); Valle (2003); Paro (1996; 2000); e Oliveira (1997). A argumentação teórica pode ser disponibilizada na íntegra por meio de contato com as autoras.

Na primeira categoria, *condições de oferta da educação básica*, notamos que os fatores preponderantes na oferta de uma educação de qualidade, na opinião dos sujeitos, são o *corpo docente* e a *equipe de gestão da instituição educacional* (diretor, coordenador, supervisor, etc.). Outros fatores ainda foram mencionados, como os *recursos pedagógicos* (brinquedos, jogos, etc.), *laboratório de informática*, *equipamentos tecnológicos* e *infra-estrutura adequada* das unidades escolares⁹ e *corpo técnico administrativo*.

O transporte escolar, em Jataí, atende às escolas rurais e à EI. Na zona urbana, portanto, apenas as crianças da EI têm acesso ao transporte, principalmente as que moram nos bairros mais afastados da cidade. No entanto, os gestores da EI não opinaram sobre este item, por não constar no questionário aplicado, o que se constitui em mais um ponto a ser aprofundado, em outro momento. As condições deste transporte são boas, no que se refere ao atendimento da demanda, mas as condições de estado de conservação e condições de uso são regulares, na opinião dos sujeitos. Foi ressaltado que o transporte escolar interfere na qualidade da educação, pois o mesmo contribui: no cumprimento de carga horária anual; no cumprimento do horário de chegada e saída na escola; e com as condições físicas e psicológicas dos alunos para que o aprendizado ocorra.

Da mesma forma, a merenda escolar interfere na qualidade da educação, segundo os sujeitos, pois uma nutrição adequada contribui para o processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, e ainda há um número considerável de crianças que se alimentam adequadamente apenas na escola.

Em Jataí, a SME administra os recursos enviados pelo FNDE para a merenda escolar, mas como são insuficientes, a PMJ se responsabiliza pela complementação. A merenda escolar é distribuída aos alunos regularmente durante os dias letivos e na zona rural é diferenciada, pois, ao invés do lanche é servido um almoço aos alunos. Na EJA e ensino fundamental noturno não há cardápio diferenciado para os educandos e há seis meses que lanche foi suspenso nestas séries.

No que se refere à segurança nas escolas, foram citados como formas de controle: guarda e vigia (diurno e noturno), sistema de alarme, extintor de incêndio, portão eletrônico e policiais militares (ronda). Nem todas as escolas apresentam estes recursos.

Com relação à utilização de uniformes nas escolas municipais, não há obrigatoriedade. A escola recomenda, mas não pode exigir por questões legais. Apenas na EI este uso é exigido, mas isto ocorre porque os uniformes são cedidos pela SMPAS e ficam na instituição. No entanto, o uso do uniforme é apontado como importante pela maioria dos sujeitos, por questões de segurança e identificação, além de atenuar as desigualdades sociais na escola (equipara os alunos na aparência, evitando que diferenças econômicas sejam evidenciadas).

Quanto à existência e utilização de laboratório de ensino, constatamos que em Jataí as escolas de EF não possuem laboratório de ciências. Algumas escolas são contempladas com o laboratório de informática. No entanto, é importante destacar que não tivemos acesso a *que tipo* de espaço e equipamentos os sujeitos compreendem como “laboratório”, pois se sabe que várias escolas possuem, às vezes, uma sala com alguns computadores que podem ser utilizados pelos alunos e outros integrantes da comunidade escolar, mas nem sempre este espaço pode ser chamado de laboratório, devido às poucas condições oferecidas.

⁹ Embora sejam três sujeitos, um deles assinalou três itens com o número um, ou seja, ele considerou três fatores como os de maior importância. Por isso este dado é maior do que o número de sujeitos.

A PMJ e a SME oferecem o acesso, aos alunos, dos seguintes serviços de apoio: psicológico; médico-odontológico; fonoaudiológico; psicopedagógico; oftalmológico; auditivo; e braile. Foi citado, ainda, o serviço de intérprete para alunos com deficiência auditiva. Estes serviços são disponibilizados para a maioria das instituições de ensino municipal e fazem parte, prioritariamente, do serviço público de saúde, sendo oferecidos fora da escola.

No tocante às bibliotecas das escolas municipais, existe uma política da atual gestão para a criação e manutenção de bibliotecas, mas a SME não dispõe de profissionais formados em biblioteconomia em seu quadro de profissionais. Portanto, quem assume este trabalho nas escolas municipais é geralmente um professor licenciado. Diante deste quadro da falta de um profissional habilitado, consideramos interessante que um professor assumira esta função, considerando que talvez ele tenha melhores condições pedagógicas e técnicas para orientar os usuários. A maioria das escolas possui biblioteca em funcionamento.

3.2 Gestão e organização do sistema e da escola

A segunda categoria, *gestão e organização do sistema e da escola*, permitiu verificar que o município possui sistema próprio de ensino e que o ensino fundamental na rede municipal está organizado em séries anuais.

Inquirimos nossos sujeitos sobre a autonomia *administrativa, pedagógica e financeira* das instituições municipais. A autonomia administrativa e pedagógica é parcial, pois os gestores seguem muitas determinações da SME e existe concentração de boa parte dos recursos financeiros por esta secretaria. A autonomia financeira também foi apontada como uma possibilidade parcial, mas a maioria dos gestores diz que ela não existe, justificando que as escolas não têm recursos financeiros próprios.

A grande maioria dos sujeitos afirma que a escola busca a construção coletiva da autonomia, por meio da implementação de canais de participação e compartilhamento do poder. A prioridade de destino dos recursos financeiros do próprio sistema municipal é variada, mas apareceram como prioridade: a formação de professores; a aquisição de móveis e equipamentos para a direção, secretaria e sala de professores; e a infra-estrutura da escola. As unidades escolares do EF têm autonomia para aplicar os recursos recebidos por meio do conselho escolar. Já a EI não tem esta autonomia, pois não há verba específica para ela: os recursos são repassados para a SMPAS e SE.

Algumas escolas municipais implementam ações objetivando a captação de recursos financeiros, como por exemplo a organização da festa junina. Estes recursos são aplicados na compra de equipamentos, materiais pedagógicos, de limpeza e outros, de acordo com as necessidades da escola.

As escolas possuem Conselho Escolar e seus membros são escolhidos por eleição direta. Os órgãos colegiados escolares contribuem para a melhoria da qualidade do ensino, por ser um sistema de gestão participativa, que permite tomar decisões de acordo com o interesse coletivo. Em todas as escolas de EF e instituições de EI de Jataí, o cargo de diretor é ocupado por eleição direta.

O Plano Municipal de Educação (PME) em Jataí está em fase de elaboração. Foi implantado um fórum permanente para discutir o PME e realizada uma audiência com a participação de toda a comunidade civil organizada e as instituições de ensino escolar. Este processo de elaboração está sendo bem democrático, com a participação de vários segmentos.

3.3 A formação e profissionalização dos trabalhadores em educação

A terceira categoria abordou a *formação e profissionalização dos trabalhadores em educação*.

As formas de ingresso do professor na instituição pública municipal ocorrem, segundo os gestores da EI e a SE, por concurso público e por contrato¹⁰. No município de Jataí, o plano de carreira para os professores do sistema municipal foi aprovado em agosto de 2007. Por outro lado, o plano de carreira dos funcionários administrativos ainda não foi elaborado. O sistema municipal tem política de qualificação tanto para os professores quanto para funcionários administrativos.

O número de docentes da rede municipal de ensino aumentou, de 2005 até os dias atuais (2008). Dentre os docentes do quadro atual do município (2008), constatamos que 20,31% são contratos temporários.

Os dados sobre a formação dos professores da rede municipal de ensino nos deixaram bastante otimistas, visto que um dos indicadores da educação de qualidade é que os professores tenham formação acadêmica, ou seja, titulação/qualificação adequada ao exercício profissional. Jataí tinha, em 2008, 67% dos professores formados em curso de licenciatura. O maior número deles se concentra no EF. No entanto, ainda há um número considerável de rotatividade de docentes nas escolas municipais, provavelmente devido aos vários contratos temporários.

3.4 Acesso, permanência e desempenho escolar

Por fim, a quarta categoria enfocou o *acesso, permanência e desempenho escolar*.

Dentre os fatores que interferem na permanência e no desempenho dos alunos na escola, constatamos que os predominantes, na opinião dos sujeitos, são: o *apoio/acompanhamento das atividades escolares pela família*; o *trabalho do professor* e a *participação dos pais na escola*.

O acesso ao EF na rede municipal de ensino atende a totalidade da demanda, e o acesso a EI na rede municipal atende parte dessa demanda. Pesquisa citada neste trabalho aponta que a realidade de atendimento de crianças menores de 7 anos (7,7%) é incompatível com o crescimento da população, o que evidencia que a oferta de vagas na EI ainda está longe de corresponder às metas propostas na LDB e referendadas no PNE (LIMA, 2008).

Os alunos permanecem na escola de EF diariamente durante 4 horas e meia, e na EI a permanência é por mais de 8 horas.

O desempenho dos alunos da rede municipal foi considerado bom pela maioria dos sujeitos da pesquisa. Em geral, a avaliação dos alunos é efetuada pelo professor e a reprovação é definida pelo Conselho de Classe. Existe ainda um programa de acompanhamento e recuperação de alunos com baixo rendimento, a recuperação paralela. Foram citados, ainda, o atendimento no contra-turno e o Projeto Aprender.

Ao investigar as taxas de aprovação, reprovação e abandono na rede municipal de ensino, percebemos um aumento gradativo na taxa de aprovação e, conseqüentemente, redução nas taxas de reprovação e de abandono. Ao que tudo indica, estes dados são positivos para o município, em que pese a necessidade de se investigar e questionar a qualidade da formação oferecida.

¹⁰ Os gestores da EI citaram contrato especial, que segundo explicações da SE, tem duração de dois anos. Mas ela cita ainda o contrato para cargo comissionado, que tem a duração do mandato do prefeito (até quatro anos).

A frequência de alunos é acompanhada diariamente, pelo diário de classe, mas são citados também a Bolsa Escola e o quadro de frequência que é afixado na sala de aula, como formas de controlar a presença dos alunos na instituição.

Algumas escolas oferecem atividades fora do horário de aula, como o projeto aprendizagem, projetos extracurriculares, reforço escolar, aula de dança, viagens, passeios, visitas a feiras e museus, aulas de trabalhos manuais e aula de violão.

Todas as escolas municipais possuem projeto político pedagógico (PPP). Os sujeitos mencionaram que isto interfere na melhoria da qualidade do ensino nas escolas municipais, pois se trata de um documento norteador dos projetos e intenções da escola.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Enfim, como afirma Barreto (2008), por mais que nos esforcemos, se não abirmos os portões da escola para o mundo, não conseguiremos realizar a nossa complexa tarefa educativa. A escola em que trabalhamos tem problemas e desafios de toda espécie, desde os mais corriqueiros, como a falta de suprimento de material e de pessoal para o funcionamento das rotinas diárias, até a violência, que passou a integrar o seu cotidiano. Mas seu maior desafio tem a ver com a função social que ela exerce, que é a de “assegurar a todos a permanência na escola com a aquisição de aprendizagens significativas, oportunidades de exercício da cidadania, desenvolvimento das potencialidades de cada um e com um preparo básico para o mundo do trabalho” (p. 03). Portanto, ainda temos muito que caminhar. As escolas ainda excluem um bom número de alunos, sobretudo pela repetência que conduz à evasão e, muito freqüentemente, os que nela permanecem não conseguem aprender coisas relevantes (BARRETO, 2008).

Concluimos este trabalho com a segurança de que produzimos um conjunto de informações que possibilita um diagnóstico da educação na rede municipal de ensino de Jataí, e que podem contribuir para futuras investigações e questionamentos sobre essa realidade, assim como permitem a comparação com dados de outros municípios e estados do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, José Clóvis. Estado, planejamento e democratização da educação. In: SOUZA, Donaldo Bello; FARIA, Lia Ciomar Macedo (Orgs). *Desafios da educação Municipal*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 87-122.
- BARRETO, Elba Siqueira de Sá. *A participação na escola: contribuições para a melhoria da qualidade da educação*. p. 01-07. Texto disponível no ambiente do Curso de Escola de Gestores da Educação Básica. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufg/>. Acesso em: 30 out. 2008.
- BRASIL, Presidência da República. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9394*, Brasília: 20 de dezembro de 1996.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. *O direito à educação*. Um campo de atuação do gestor educacional na escola. Texto disponível no ambiente do programa Escola de Gestores da Educação Básica. p. 01-24. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufg/>. Acesso em: 30 out. 2008.
- DOURADO, Luiz Fernandes et al. *Gestão democrática: a perspectiva dos dirigentes escolares na rede municipal de ensino de Goiânia-Go*. Goiânia: Alternativa, 2003.
- FONSECA, Marília; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. As tendências da gestão na atual política educacional brasileira: autonomia ou controle? In:

BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de (Orgs.). *Gestão e políticas da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 51-68.

INEP/MEC. *SAEB 2003*. Brasília, Inep/MEC, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. Goiânia: alternativa, 2001.

LIMA, Laís Leni Oliveira. O que foi feito amigo de tudo que a gente sonhou? Direito à Educação Infantil. In: *Anais do 9º Encontro de Pesquisa em Educação da ANPED Centro-Oeste*, Brasília-DF, 2008, p. 1-13.

LOUREIRO, Walderês Nunes. *Escolas conveniadas: condições de ensino e privatização de recursos públicos*. Tese (Doutorado em Educação) – PUC, São Paulo, 1993.

NOVÓA, Antônio (Coordenador). *As organizações escolares em análise*. Lisboa: Dom Quixote, 1999.

OLIVEIRA, Andrade Dalila (Org.). *Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos*. Petrópolis: Vozes, 1997.

PARO, Vitor Henrique. *Eleição de diretores: a escola pública experimenta a democracia*. Campinas, SP: Papirus, 1996.

PARO, Vitor Henrique. *Qualidade do ensino: a contribuição dos pais*. 1. ed. São Paulo: Xamã, 2000.

VALLE, Bertha de Borja Reis. Formulação dos planos de cargos e salários e estatutos do magistério: a nova legislação. In: SOUZA, Donaldo Bello; FARIA, Lia Ciomar Macedo (Orgs). *Desafios da educação Municipal*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 123-145.